

ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,
v. 22, ano 2025 | ISSNe: 2675-5432

A categoria de descolonização interrompida em Florestan Fernandes: uma sociologia periférica no sistema capitalista mundial*

Diogo Valença de Azevedo Costa

possui graduação em Ciências Sociais (2001), mestrado em Sociologia (2004) e doutorado em Sociologia (2009) pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Associado III da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Realizou estágios pós-doutorais no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e no Centro de Estudos Africanos da Universidade de Basileia, nesta última como bolsista CAPES - Proc. no BEX 10774/13-0.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5266-9855>

* O presente artigo foi produzido com apoio do Edital Universal 2021 do CNPq (Processo 420043/2021-7). O autor é Bolsista de Produtividade do CNPq (PQ-C).



Recebido em: 30/06/2025
Aprovado em: 29/07/2025
Publicado em: 21/08/2025

A categoria de descolonização interrompida em Florestan Fernandes: uma sociologia periférica no sistema capitalista mundial¹

Diogo Valença de Azevedo Costa²

Resumo

Um aspecto pouco conhecido da obra de Florestan Fernandes tem sido a sua contribuição para o debate sobre as revoluções inconclusas na América Latina. Em sua visão do capitalismo dependente latino-americano, desponta a perspectiva política de um processo interrompido de descolonização. O presente artigo procura argumentar que a elaboração das categorias de capitalismo dependente e autocracia burguesa não pode ser dissociada tanto de seus vínculos com o pensamento radical latino-americano, anticolonial e antiimperialista, expressos nos textos lapidares de José Martí, Simón Bolívar e José Carlos Mariátegui, como de seu olhar sobre a recomposição de estruturas coloniais de dominação política nas emergentes sociedades

¹ O presente artigo foi produzido com apoio do Edital Universal 2021 do CNPq (Processo 420043/2021-7). O autor é Bolsista de Produtividade do CNPq (PQ-C).

² possui graduação em Ciências Sociais (2001), mestrado em Sociologia (2004) e doutorado em Sociologia (2009) pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Associado III da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Realizou estágios pós-doutorais no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e no Centro de Estudos Africanos da Universidade de Basileia, nesta última como bolsista CAPES - Proc. no BEX 10774/13-0. orcid.org/0000-0001-5266-9855.

de classes das periferias latino-americanas. Florestan Fernandes seria o autor de uma sociologia periférica, capaz de desafiar as certezas epistêmicas produzidas sob a ótica do falso universalismo das nações capitalistas centrais e seu viés colonial de dominação imperialista.

PALAVRAS CHAVES: Florestan Fernandes; Descolonização Interrompida; Sociologia Periférica.

Abstract

A little-known aspect of Florestan Fernandes' work has been his contribution to the debate on unfinished revolutions in Latin America. In his vision of Latin American dependent capitalism, the political perspective of an interrupted process of decolonization emerges. This article seeks to argue that the elaboration of the categories of dependent capitalism and bourgeois autocracy cannot be dissociated both from his links with radical Latin American anti-colonial and anti-imperialist thought, expressed in the lapidary texts of José Martí, Simón Bolívar and José Carlos Mariátegui, and from his view of the recomposition of colonial structures of political domination in the emerging class societies of the Latin American peripheries. Florestan Fernandes would be the author of peripheral sociology, capable of challenging the epistemic certainties produced from the perspective of the false universalism of the central capitalist nations and their colonial bias of imperialist domination.

KEYWORDS: Florestan Fernandes; Interrupted Decolonization; Peripheral Sociology.

Introdução

Numa palestra em homenagem a Fernando de Azevedo (1894-1974), supervisor de sua tese de doutorado sobre os Tupinambá, defendida em 1951, e de quem fora assistente na cadeira de Sociologia II na Universidade de

São Paulo (USP), Florestan Fernandes faz uma referência bastante pessoal a um aspecto muito particular – mas essencial e, não obstante, até recentemente pouco debatido no conjunto de sua produção sociológica, teórica e política – de sua interpretação da sociedade brasileira:

Acho que pode ser um traço de orgulho meu, mas duas pessoas deram muito mais ênfase à questão da colonização – um foi Fernando Henrique Cardoso e o outro fui eu. Cheguei a afirmar que no Brasil não houve descolonização. Porque a descolonização se engataria à revolução urbana, à revolução agrária, à revolução industrial, à revolução educacional, etc. Agora, Fernando de Azevedo estava empenhadíssimo, com a geração a que ele pertencia, em derrotar o passado, que estava vivo no presente, através da educação e da cultura (Fernandes, 1995, p. 194).

Essas palavras foram pronunciadas em abril de 1994, na *Semana Fernando de Azevedo*, realizada pela Faculdade de Educação e pelo Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo. Florestan Fernandes veio a falecer pouco mais de um ano depois de legar esse testemunho sobre seu antigo professor e educador, cujas qualidades humanas aprendeu a admirar.

Em termos ideológicos, ambos eram muito diferentes. Fernando de Azevedo era um dos pioneiros da Escola Nova, professava um ideal educacional burguês, liberal, o qual nunca foi realizado na sociedade brasileira; já Florestan Fernandes era socialista, assumindo o socialismo como alternativa política desde a década de 1940, como atesta sua militância num agrupamento trotskista de 1943 até início do decênio seguinte. Aqui ou ali, ao longo de sua trajetória acadêmica, fazia menção à sua adesão ideológica socialista.

Mesmo assim, dentro do ideal burguês de educação, Florestan Fernandes percebeu um avanço na proposta de Fernando de Azevedo – e de nomes como “Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Almeida Júnior e outros” (Fernandes, 1995, p. 194) – para adequar o Brasil às exigências dos novos tempos de uma sociedade moderna emergente.

A constatação melancólica foi que, mesmo os ideais republicanos de democratização da educação, aqui, nunca foram concretizados. Aludindo aos educadores liberais da Escola Nova, Florestan Fernandes revela o motivo mais significativo de sua admiração por Fernando de Azevedo:

[...] é característico que esses professores, que fizeram um papel tão grandioso, não lograram atingir os objetivos visados. Por quê? Porque no Brasil, para as elites das classes dominantes, o que era importante, o que era funcional, era deseducar, não educar; educar os filhos das elites e deseducar a massa; manter a massa fora da escola ou então colocar a massa dentro da escola como futura mão-de-obra, qualificada ou semiquificada, de vários graus de desenvolvimento econômico. E nesse ponto, Fernando de Azevedo foi uma figura que desempenhou papel muito importante, e que nos obrigava a ter respeito por ele, respeito intelectual (Fernandes, 1995, p. 194-195).

Não houve, até o presente momento, uma autêntica reforma educacional no Brasil, e a educação, apesar de certos avanços, ainda continua sendo, como costumava dizer Anísio Teixeira, “um privilégio”. A recente reforma do ensino médio, por exemplo, coloca em desvantagem as filhas e filhos das classes trabalhadoras e as camadas populares, deixando-lhes a opção de atuar como mão-de-obra barata para enriquecimento do grande capital financeiro parasitário, em escala mundial.

O modelo de revolução burguesa que aqui vicejou se caracterizou pela dissociação entre os tempos históricos da modernização econômica acelerada e o congelamento de mudanças democráticas nas esferas institucionais da sociedade, da cultura e do poder político. Tudo se passou como se as classes burguesas privilegiadas fizessem as vezes dos velhos estamentos senhoriais e da aristocracia agrária.

O processo de descolonização foi congelado, reduzido a ritmos lentos e, em muitas circunstâncias históricas, interrompido. Uma das dimensões fundamentais da

interpretação sociológica de Florestan Fernandes sobre a revolução burguesa no Brasil seria essa articulação entre passado e presente, o arcaico e o moderno, de modo que o antigo se reproduz e reatualiza no novo, combinando formas de exploração, dominação e estratificação coloniais, semicoloniais e especificamente capitalistas.

Apesar de tal articulação dialética entre passado e presente estar teoricamente trabalhada nos textos de Florestan Fernandes sobre as relações raciais e a revolução burguesa no Brasil, muitos de seus críticos insistem em atribuir-lhe a tese de que a modernização capitalista da sociedade brasileira seria a solução política para superar os descompassos entre as persistências coloniais e os novos padrões de organização social emergentes com a ordem competitiva.

O objetivo deste artigo será, nesse sentido, recuperar a categoria de descolonização interrompida nas reflexões sociológicas de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente, focalizando dois aspectos essenciais de sua obra: as relações raciais na sociedade de classes e a revolução burguesa no Brasil e na América Latina. Por fim, será abordado seu ensaio sobre as “revoluções interrompidas”, escrito em 1981, com o propósito de evidenciar como a temática do “congelamento da descolonização” atravessou diferentes fases do pensamento político de Florestan Fernandes e ajudou a estruturar suas reflexões sobre o capitalismo periférico e dependente latino-americano.

1. O dilema racial brasileiro e o peso do passado

Há duas maneiras equivocadas e opostas, mas que paradoxalmente se baseiam em pressupostos comuns, de se encarar os estudos de Florestan Fernandes sobre as relações raciais no contexto da sociedade capitalista brasileira. De um lado, estão os estudiosos das relações raciais que o reprovam, devido a seu posicionamento marxista, por ter reduzido a raça a uma dimensão econômica

de classe; de outro, estão os marxistas que o acusam de “identitarismo”, por dissociar a raça de seus vínculos com o modo de produção capitalista e, em consequência, propor soluções políticas de integração do negro na sociedade, sem questionar os fundamentos reais da exploração.

Essas duas posições extremas, aparentemente incompatíveis, possuem um mesmo fundamento: elas fragmentam e ossificam a análise de Florestan Fernandes em categorias estanques, não atinando para sua compreensão histórico-sociológica da síntese complexa entre as categorias de raça e classe, na qual uma não se reduz à outra, mas se reforçam na explicação das situações de exploração e dominação na sociedade brasileira.

Um exemplo da primeira posição pode ser encontrado em João Feres Jr., quando afirma:

Os marxistas não raro são vítimas de um evolucionismo similar. Florestan Fernandes, para citar um exemplo que nos é mais próximo, interpreta o preconceito de raça no Brasil capitalista como um resquício da ordem escravocrata e, portanto, fadado ao desaparecimento por ser desprovido de função na ordem social desse modo de produção (Feres Jr., 2010, p. 36).

Quanto à segunda posição, ela levou a um debate inócuo, protagonizado pelo historiador Mário Maestri (2022, 2023a, 2023b)³, que procurou reconstruir e combater em Florestan Fernandes as raízes políticas de um suposto “identitarismo” negro, que atualmente grassaria nas esquerdas e impediria a unificação da luta das classes trabalhadoras. Baseia-se no trabalho de Wanderson Chaves (2018), que procura relacionar, a partir de documentos que comprovam o financiamento de atividades acadêmicas de Florestan Fernandes, nos Estados Unidos e na Europa, pela Fundação Ford, os estudos de relações

³ Essa polêmica foi divulgada no *site* “A Terra é Redonda”, havendo intervenções de Wanderson Chaves e Ronaldo Tadeu de Souza. Este último se opôs às ideias de Maestri (Souza, 2023).

raciais do sociólogo paulistano, até meados da década de 1960, com a agenda neoconservadora norte-americana de integração do negro na sociedade de classes.

A documentação compulsada por Chaves não é completa, desconhecendo as circunstâncias que fizeram Florestan Fernandes ter aceitado o convite da *Columbia University*, pois enfrentava um processo no Superior Tribunal Militar e havia tido uma prisão preventiva decretada⁴². Também desconhece a reação negativa de Florestan Fernandes, ao descobrir que a Conferência sobre Raça e Cor, realizada em Copenhague, em setembro de 1965, da qual participara como convidado, justamente no momento em que estava na *Columbia University*, poderia ter sido secretamente financiada pela *Central Intelligence Agency* (CIA), por intermédio do Congresso pela Liberdade da Cultura⁵

⁴ O antropólogo Charles Wagley o convidou para a *Columbia University*, provavelmente como um gesto de solidariedade, pois sabia da perseguição da ditadura de 1964 a seu colega brasileiro. Wagley intermediou o financiamento da Fundação Ford para tornar possível a permanência de Florestan Fernandes entre setembro de 1965 e janeiro de 1966. A sugestão da tese de Chaves (2018) é que esses vínculos de financiamento revelam forte afinidade com a visão política da Fundação Ford. Nesse diapasão, o projeto de integração racial de Florestan Fernandes se afinaria com o neoconservadorismo estadunidense. Num trabalho posterior, chega a caracterizar explicitamente o sociólogo paulistano como um importante interlocutor da Fundação Ford (Chaves, 2019, p. 223). Em consonância com o trabalho de Chaves, o historiador Gustavo Mesquita (2019) procura demonstrar a influência substancial da Escola de Chicago, via Donald Pierson e a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), sobre os horizontes sociológicos de Florestan Fernandes. Estaria “provada” a agenda de norte-americanização da tese da integração do negro, para tanto sendo necessário minimizar a incompatibilidade das orientações epistemológicas de Pierson e do sociólogo paulistano (Fernandes, 1978b, p. 7).

⁵ Numa carta a Celso Furtado datada de 22 de fevereiro de 1967, Florestan Fernandes disse: “Sou amigo do [Stephen] Graubard e ele convidou-me, pela revista *Daedalus*, para duas reuniões. A que se celebrou na Dinamarca e a que ia ser realizada no começo deste ano e que foi adiada para setembro (sobre a América Latina). Não sabia que o Congress for Cultural Freedom estivesse por trás do financiamento da

(CLC). Numa linguagem jurídica, essas provas meramente circunstanciais são um trunfo para Maestri dar o veredicto de que Florestan Fernandes nunca foi marxista no estudo das relações raciais.

O problema em relação a Florestan Fernandes é que, nas suas pesquisas sobre as relações raciais - mas isso também se evidencia no conjunto de sua produção sociológica e do seu pensamento político - as interpretações e críticas projetam as posições ocupadas no campo das disputas acadêmicas de quem as formulam. Cada um enxerga, no Florestan Fernandes, o seu antípoda e assume suas próprias ideias como verdades objetivas incontestáveis.

É legítimo que se faça críticas a um autor, a partir de perspectivas teóricas que lhe seriam diversas, mas isso deveria estar bem explicitado, dado que tal procedimento não garante, logicamente, que os significados realmente contidos no texto criticado tenham sido alcançados. Leituras parciais, unilaterais e descontextualizadas não garantem uma compreensão adequada, isto é, sem qualquer controle das projeções do crítico sobre a obra criticada.

À refutação de que sempre se parte de uma posição teórica, pode-se contra-argumentar que o quadro conceitual de Florestan Fernandes não foi levado em conta. O perigo de um relativismo absoluto leva, inclusive, à quebra de um ponto de apoio da perspectiva crítica. Esse debate sobre os lugares de fala não é novo; nasce com a

reunião da Dinamarca; foi uma desagradável surpresa para mim, a qual aumenta, agora, ao saber que a CIA provavelmente tem dado dinheiro para essa organização. Agora, li nos jornais referência a isso. Espero que a reunião de setembro não conte com o mesmo patrocínio. (Base de presunção: a notícia de que a Fundação Ford está, agora, financiando a revista *Daedalus*). Caso contrário, no futuro terei de desgostar Graubard e, a pessoa a quem estimo deveras, Maybury-Lewis e que é seu colega em Harvard. Não gosto de ser etiquetado; nem de perder a liberdade por causa de pressões indiretas tolas. Contudo, desde que a CIA entre em um assunto, nós devemos estar fora. Não queria ofender alguém, mas se surgir algum problema com a atual publicação não querei que você assuma nenhuma responsabilidade” (Fernandes, 2021, p. 119-120).

Sociologia do Conhecimento. Há pouco rigor nesses procedimentos que não procuram, antes de realizar a crítica, saber exatamente o que se está criticando.

Quem estaria com a razão? Os que, por visualizarem o marxismo em Florestan Fernandes, afirmam que ele reduziu a raça a um fator econômico⁶ ou os que o acusam de “identitarismo” em nome de certa ortodoxia marxista? A resposta não deve ser buscada nem em um canto no outro, mas na análise detalhada dos textos do sociólogo paulistano, numa perspectiva histórica e conceitual-sistemática.

Esse tipo de leitura diacrônica e estrutural tem faltado aos críticos de Florestan Fernandes. É o caso do já citado Wanderson Chaves, que interpreta literalmente a ideia de *integração*. O termo é uma alusão aos objetivos políticos de setores do movimento negro, das primeiras décadas até meados do século XX, que lutavam por uma efetiva participação do negro na sociedade nacional. O livro *A integração do negro na sociedade de classes*, nos seus dois volumes, demonstra exatamente que tal integração nunca houve. O conteúdo do livro é uma negação do título.

Chaves confunde o termo *integração* com um programa político a ser implementado. Essa visão pré-moldada o leva a montar toda a documentação para “provar” que o ideário de Florestan Fernandes possuía sintonia com o agendamento da questão racial pela Fundação Ford nos Estados Unidos e no mundo. No contexto do combate cultural à influência comunista na Guerra Fria, seria preciso que os setores marginalizados fossem incorporados a suas respectivas sociedades nacionais para evitar futuras convulsões sociais e possíveis cenários de subversão política.

⁶ Já no projeto original de pesquisa sobre o “preconceito racial em São Paulo”, publicado em 1951, a categoria raça é tomada em sentido sociológico. Na nota de rodapé de n. 86, Florestan Fernandes explicita sua conceituação a partir da leitura de Gunnar Myrdal (Fernandes, 1976, p. 289).

Criou-se um falso consenso acadêmico, mais baseado na reprodução da crítica original de Carlos Hasenbalg (1979) a Florestan Fernandes, do que numa efetiva leitura minuciosa dos textos, ou quando essa leitura é feita, o olhar enviesado persegue aquilo que se quer ver. Por exemplo, a certeza inquestionável de que, para Florestan Fernandes, a solução do problema do racismo estava na modernização capitalista contrasta com essa sua afirmação hipotética escrita em 1953: “é possível que o preconceito de cor encontre na sociedade de classes condições estruturais favoráveis à sua perpetuação” (Bastide & Fernandes, 2008, p. 153).

Do ponto de vista epistemológico, esquecem que Florestan Fernandes foi um grande conhecedor do método de interpretação funcionalista, tornando o funcionalismo sensível ao exame sociológico de processos sociais de tensões, conflitos e mudança (Fernandes, 1978c). Na sua perspectiva, determinadas atitudes ou dimensões da vida social são ressignificadas funcionalmente nas novas situações histórico-estruturais e, também, haveria fatores da própria estrutura social, não exatamente disfuncionais, mas causadores de desajustes permanentes. Porém, não caracteriza situações em que algum elemento residual do passado, como o racismo na moderna sociedade capitalista brasileira, estaria “fadado ao desaparecimento por ser desprovido de função na ordem social desse modo de produção” (Feres Jr., 2010, p. 36).

Mesmo que esse elemento não fosse funcional no quadro geral do sistema, ele preencheria uma função específica na sua teia de relações mais imediatas e, a depender de sua extensão, poderia provocar tensões na totalidade social inclusiva. Feres Jr. enxerga uma visão marxista onde Florestan Fernandes está explicitamente realizando uma caracterização sociológica de tipo funcional. O livro *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 1978a) não é um livro marxista, mas uma obra sociológica que combina, de maneira bastante original, a perspectiva sincrônica do estrutural-funcionalismo e a diacrônica do método dialético.

A combinação dessas duas perspectivas foi utilizada para mostrar como o velho e o novo se conjuntem num processo histórico de reatualização das funções do preconceito de cor e da discriminação racial na moderna sociedade de classes paulistana⁷. Os resquícios e sobrevivências da ordem escravocrata não eram afuncionais ou disfuncionais, mas assumiam funções próprias no processo de transformação social no processo de emergência e formação da sociedade capitalista brasileira.

Uma compreensão exata do aspecto metodológico da sociologia de Florestan Fernandes permite corrigir interpretações equivocadas. Assim, o dilema racial brasileiro e o peso do passado podem ser encarados historicamente como aspectos do “congelamento do processo de descolonização” (Fernandes, 1984, p. 89). No plano interno, a descolonização interrompida pode ser percebida como a reelaboração no tempo presente da moderna sociedade de classes, a partir dos padrões sociais, políticos e culturais produzidos e atuantes no *antigo regime* escravocrata, estamental e de castas; no plano externo, como recomposição dos vínculos de dependência em relação aos polos dominantes da economia internacional, que impediriam a formação de uma sociedade nacional autônoma, inclusive dentro dos limites da ordem capitalista.

Os termos *resquícios* ou *sobrevivências* devem ser entendidos no quadro analítico mais geral de Florestan Fernandes, de elaboração de novas funções do preconceito de cor e da discriminação racial na moderna ordem social competitiva, cujo *mores*, no plano formal, levaria a combatê-los. Essa inconsistência valorativa entre o ideal e as práticas reais, que decorre do próprio sistema social, sintetiza a noção sociológica de *dilema*.

A luta pela integração do povo negro na ordem social competitiva, isto é, pela participação no sistema de

⁷ Não se deve esquecer que, em *A integração do negro*, Florestan Fernandes possui como foco de referência empírica a cidade de São Paulo.

classes sociais, mesmo na condição assalariada, sequer teria sido plenamente alcançada, atuando a população afrodescendente como uma massa marginalizada, sem oportunidades formais de trabalho, vítimas de precarizações constantes e funcional para a intensificação da depreciação do valor dos salários e da superexploração no capitalismo dependente.

Embora essa associação direta entre dominação racial e capitalismo dependente seja elaborada teoricamente num momento posterior à publicação de *A integração do negro*, Florestan Fernandes já percebe, no começo da década de 1960, as relações de retroalimentação política entre a precarização da situação de vida do negro, o subdesenvolvimento e a peculiar revolução burguesa no Brasil, da qual estavam excluídos quaisquer horizontes de democratização das relações raciais.

O dilema racial brasileiro se caracteriza justamente pela impossibilidade de superar o racismo (ou, nos termos da época, utilizados por Florestan, “preconceito de cor” e “discriminação racial”, na verdade, categorias mobilizadas historicamente pelos próprios agentes sociais do protesto negro, que investigou até meados do século XX⁸) nos quadros da própria ordem social competitiva que se estava constituindo.

Essa ordem apregoava como valor sagrado a igualdade de oportunidades e, nesse sentido, legitimava a atuação política em prol da correção das assimetrias e estratificações raciais; porém, sua própria constituição interna, como uma ordem fechada que concentrava privilégios para os grupos raciais dominantes na distribuição de riquezas, prestígio, cultura e poder, barrava a efetiva

⁸ A esse respeito, ver toda a nota de rodapé de número quatro do capítulo intitulado “O problema do negro na sociedade de classes” (Fernandes, 1978a, p. 343-344; localizada no segundo volume). Essa nota assume grande importância metodológica, pois mostra como Florestan Fernandes operava conjuntamente com os conceitos de *preconceito de cor e discriminação racial*.

concretização dos seus valores ideais. As práticas racistas não apenas se perpetuavam, mas se tornavam funcionais para um tipo de economia e sociedade que não se propunha a enfrentar e superar seu padrão dependente.

Em *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes identifica, delimita e analisa histórica e sociologicamente as funções das “impulsões igualitárias” da ordem social competitiva na conquista, pelo negro, como categoria coletiva, de novas situações de classe. Isso lhe garante alguns canais de ascensão social e certa igualdade com o branco, porém tais impulsões são constantemente solapadas pelo “preconceito de cor” (racismo, nos termos atuais), de modo a anular seus efeitos construtivos.

As novas funções do preconceito, na ordem social competitiva, atuam no sentido de perpetuar as relações arcaicas como forma de garantir a hegemonia da raça dominante na sociedade moderna. Esse seria o teor de sua análise, das funções manifesta e latente do “preconceito de cor” na ordem social competitiva em emergência e consolidação (Fernandes, 1978a, p. 435-448).

Em consequência, “importa salientar que o ‘preconceito de cor’, por assim dizer, *passou* de um mundo sócio-cultural a outro; **e não *passou* como uma relíquia destituída de significações e de funções sociais**” (Fernandes, 1978a, p. 437; em negrito, *grifos meus*). Florestan Fernandes se refere, exatamente nesse trecho, à transição histórica da sociedade de castas e estamentos para a sociedade de classes, ou do *antigo regime* escravagista e senhorial para a ordem social baseada na categoria do trabalho livre em termos capitalistas, na cidade de São Paulo.

Essa reatualização do passado desponta como uma dimensão fundamental do processo de *modernização do arcaico* e *arcaização do moderno*, cuja base sócio-histórica se caracteriza pela combinação de formas *pré* e *subcapitalistas* e, especificamente, capitalistas de exploração e dominação do trabalho nas condições de subdesenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil e América Latina.

A imagem da persistência do passado em Florestan Fernandes não se expressa como um peso morto, fadado ao desaparecimento tão logo a moderna sociedade capitalista venha a superar os últimos obstáculos para se desenvolver de modo acelerado. Ao contrário, esse passado está vivo no presente histórico da sociedade capitalista brasileira:

O tipo de capitalismo dependente e subdesenvolvido imperante não pode prescindir da concentração racial da renda e do poder (e, em consequência, das formas pré ou subcapitalistas de exploração e de expropriação econômicas e de dominação política que ela envolve) (Fernandes, 2007[1972], p. 305).

O capitalismo dependente brasileiro (e, por extensão, o capitalismo dos demais países latino-americanos) se caracteriza pela reelaboração de relações sociais arcaicas com novas roupagens na sociedade moderna. A interrupção e o congelamento da descolonização ocorrem na esfera do sistema de dominação interracial entre brancos, negros e indígenas, mas como um processo histórico vinculado a outras revoluções inconclusas.

Na verdade, o modo como se consolida historicamente a dominação das classes burguesas no Brasil, concentrada nas suas frações hegemônicas associadas ao capital imperialista, surge acompanhada do represamento de transformações que deteriam, embora circunscritas aos limites da ordem, potenciais construtivos de democratização da sociedade brasileira: reforma agrária, reforma industrial-urbana, reforma educacional, reforma política, reintegração da economia para fins de autonomização nacional ou, em poucas palavras, um conjunto de reformas de base que, reforçando-se mutuamente, conduziriam à superação dos gargalos do subdesenvolvimento dependente.

A descolonização interrompida corresponde à frustração histórica desse conjunto de mudanças, não como uma evolução espontânea, mas como requisito político

para a consolidação da dominação burguesa nas zonas periféricas do capitalismo dependente. O caráter particular da *revolução burguesa no Brasil e América Latina* ajuda a explicar as origens desse processo violento de contenção da descolonização.

2. Revolução Burguesa e congelamento da descolonização

A aposentadoria compulsória de Florestan Fernandes da Universidade de São Paulo, em dezembro de 1968, em decorrência da instauração do AI-5, levou-o a um período de exílio na Universidade de Toronto (1969-1972). Algumas leituras são aprofundadas nesse momento, em especial Frantz Fanon e José Carlos Mariátegui. Muito provavelmente, em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, tenha se aproximado de uma literatura utópica que tematiza a unidade latino-americana, em particular José Martí e Simon Bolívar.

Em relação a esses dois últimos, sua afinidade maior era com o primeiro. Não se pode dizer que Florestan Fernandes tenha sido um estudioso do pensamento de Simon Bolívar, mas reservou para ele um volume da coleção *Grandes Cientistas Sociais* (Bellotto & Corrêa, 1983). Em sua biblioteca particular, localizada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), encontrava-se um exemplar do livro *Bolívar: pensamento precursor do antiimperialismo*, de Francisco Pividal (1983), com anotações críticas de Florestan Fernandes. O livro faz parte da coleção *Nossa América*, da editora Hucitec.

O sociólogo paulistano não considerava Bolívar um anti-imperialista, anotando à margem: “ele próprio = não foi anti-imperialista = procurou a aliança da Inglaterra, da França e dos USA!” (Pividal, 1983, p. 31). Ao lado dos parágrafos em que Pividal indica a importância de Simon Bolívar para pensar a unidade latino-americana, Florestan Fernandes sugere que essa defesa utópica de uma

unidade política da Nossa América não torna alguém necessariamente anti-imperialista: “o que não significa pré-anti-imperialismo” (Pividal, 1983, p. 33)⁹. A perspectiva futura de uma unidade latino-americana passa a se associar, no pensamento de Florestan Fernandes de fins dos anos 1970, ao projeto de autonomização nacional numa orientação anti-imperialista e socialista.

O estudo da Revolução Cubana provavelmente aproximou Florestan Fernandes do nacionalismo revolucionário *martiniano*. Ainda na vigência da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985), Florestan Fernandes presidiu a Associação Cultural José Martí. E essa atuação ensejou uma troca de correspondências com Roberto Fernández Retamar e a resenha do livro *Nossa América*¹⁰. A partir do diálogo crítico com os horizontes anticoloniais de Frantz Fanon e anti-imperialistas de José Carlos Mariátegui, cujo anti-imperialismo foi radicalizado pelas posições socialistas, aliado à incorporação de uma utopia da unidade latino-americana, Florestan Fernandes vinculou a realização de uma revolução democrática, socialista e de autonomização nacional, à própria possibilidade do descongelamento do processo de descolonização nos países de capitalismo periférico da América Latina.

A sua interpretação do capitalismo dependente se alimenta da categoria de *descolonização interrompida*, aspecto de sua obra que não tem sido devidamente reconhecido. “O Brasil, como outros países da América Latina, não passou por um processo de descolonização revolucionária e com ritmos históricos rápidos” (Fernandes, 1980, p. 203). Essa citação data de 1973, ou seja, no

⁹ Na indicação das marginais de Florestan Fernandes, optou-se por referir o autor e data da obra consultada em sua biblioteca particular. O número de localização do exemplar é 02.01.04/069.

¹⁰ A resenha de Florestan Fernandes, publicada em 1984, à coletânea de textos de José Martí pode ser consultada em *A contestação necessária* (Fernandes, 1995). O ensaísta cubano Roberto Fernández Retamar redigiu a introdução do livro (Martí, 1983).

momento em que ainda estava produzindo as teses centrais da terceira parte de *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975. A principal obra em que podem ser encontradas as primeiras formulações políticas mais consistentes, amadurecidas e explícitas de Florestan Fernandes da sua estratégia revolucionária para os países de capitalismo dependente da América Latina seria *Brasil: em compasso de espera* (Fernandes, 1980).

A revolução nacional “dentro da ordem” seria acooplada a um movimento permanente de radicalização da revolução democrática e aceleração do processo de descolonização. Referindo-se à eclosão do movimento operário, no cenário de desgaste da ditadura brasileira, quando irrompem as primeiras greves do ABC paulista, afirmou:

Neste instante, cumpre atentar para a natureza da rebelião operária. O movimento socialista precisa engatar-se estrutural e dinamicamente a essa rebelião. Ela representa a primeira oportunidade histórica que o socialismo encontra como ponto de partida. Por modesto que seja, é um ponto de partida concreto, que define um campo de atuação para as várias modalidades de partido socialista. É preciso operar *dentro da ordem* e com *objetivos circunscritos*. Fazer o que as classes possuidoras não fizeram, porque nunca tiveram de dividir o espaço político com as classes subalternas. Isso poderá parecer tacanho, porém é algo promissor. Ao se incluírem nesse mesmo espaço político, as classes trabalhadoras forçarão a reativação da revolução nacional e imprimirão à revolução democrática um novo padrão histórico. Em suma, começarão por liberar a revolução nacional (contida e esmagada pelo desenvolvimento com segurança *para fora*) e enterrarão de vez a *democracia restrita*, construída sob o escravismo e imposta ao trabalho livre por uma burguesia incapaz de alimentar a revolução nacional, ligando entre si desenvolvimento com democracia. E ganharão um campo fértil de atuação política. Embora vivamos uma época de franco oportunismo, se os partidos socialistas avançarem solidamente com base no apoio do protesto operário, este se aprofundará por outros meios, ganhará continuidade e terá significação política para ir além da “revolução dentro da ordem” (Fernandes, 1980, p. 220).

Essas palavras foram pronunciadas numa entrevista de 03/10/1978 e sinalizam dois aspectos interligados da interpretação de Florestan Fernandes sobre a emergência e consolidação do capitalismo dependente. No plano político, as articulações entre dominação capitalista, sob a forma de democracia restrita, e o congelamento da revolução nacional são tão fortes que o represamento das mudanças progressistas para a maioria da nação (as classes trabalhadoras e as camadas populares), decorrente de tais articulações, seria capaz de desencadear uma rápida passagem da “revolução dentro da ordem”, nacional e democrática, para a “revolução contra a ordem”, socialista.

Florestan Fernandes aponta esse caráter potencial, o qual só poderia ser concretizado mediante o enraizamento do movimento e partidos socialistas na situação real de interesses das classes proletárias e seus aliados mais próximos. No plano da análise sociológica da formação e desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil (e, por extensão, da América Latina), o passado colonial não é encarado como um peso morto, um mero resquício ou sobrevivência.

A revolução burguesa em atraso compactua com as formas de exploração e dominação coloniais e neocoloniais, que servem de sustentáculo ao próprio capitalismo dependente. Essa interpretação está presente em *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2006), mas, no prefácio à edição mexicana, essa conexão de sentido foi totalmente explicitada, considerando o Brasil como “caso extremo” do capitalismo dependente latino-americano:

Ao descrever o que ocorre durante um período de tempo no Brasil ninguém deverá ter a ilusão de que poderia estar diante do “*destino da América Latina*”. Não obstante, por uma curiosidade histórica, o Brasil reproduz várias facetas atrasadas e modernas da América Latina – sob certos aspectos, a maior “república das bananas”; sob outros, o centro da economia mais industrializada e da tecnologia mais avançada,

com um mercado interno de potencialidades extraordinárias - não de um país ou região, mas de vários. Nesse sentido, possui muitas condições atípicas, inconfundíveis, e, com elas, muitas outras condições típicas, mais ou menos gerais. Tomados certos cuidados, surge como um *caso extremo*, muito útil para se examinar efeitos estáticos de forças que reproduzem no presente elementos arcaicos e semi-arcaicos do passado, tanto quanto os efeitos dinâmicos de forças modernas e ultramodernas, que estão construindo o futuro no presente (nos marcos, naturalmente, do capitalismo periférico e dependente). A contemporaneidade do não-coetâneo lança raízes e ramificações em várias direções, o que nos permite considerar, conjuntamente, como a contra-revolução e a revolução se contrapõem e se abalam reciprocamente no cenário histórico. Já se viu, com amargura, como o passado recente do Brasil se repetiu, por exemplo, no Chile, no Uruguai e na Argentina. E também com toda a probabilidade se irá ver, através do Brasil, que a “revolução burguesa em atraso” contém brechas e desequilíbrios fatais à sobrevivência do capitalismo (Fernandes, 1980, p. 71-72).

A tradução mexicana de *A revolução burguesa* foi publicada em 1978. A noção de caso ou tipo extremo serve para Florestan Fernandes analisar os caracteres estruturais e históricos que evidenciam, em grau máximo, os elementos constitutivos de uma determinada formação social. Como modelo representativo do capitalismo dependente, o Brasil sinalizaria certas características também presentes em outros países latino-americanos, tendo-se o cuidado de fazer as devidas ressalvas.

Uma dessas características seria que a “revolução burguesa em atraso” gera formas despóticas e autocráticas de dominação de classe, as quais congelam a descolonização e recompõem, no presente, formas arcaicas coloniais, neocoloniais, nos planos políticos, econômicos e culturais. O racismo, por exemplo, seria um dos elementos dessa descolonização interrompida. Antes mesmo de formular de modo mais sistemático na sua principal obra, *A revolução burguesa no Brasil*, a categoria de

capitalismo dependente, Florestan Fernandes já havia explicitado como a dinâmica do regime de classes na América Latina reproduzia o passado no presente:

Mantidas as condições de dependência e de reduzido esforço para criar-se um padrão alternativo de desenvolvimento autossustentado [objetivo da revolução nacional], o capitalismo continuará a florescer como no passado remoto ou recente, *socializando* seus custos sociais e *privilegiando* os interesses privados (internos e externos). A hipótese que se delineia não é a de uma gradual autocorreção do regime de classes (tal como ele está estruturado). Mas, a de uma persistência e de um agravamento contínuos da presente ordenação em classes sociais, cujas “debilidades” e “deficiências estrutural-funcionais” foram institucionalizadas e são na realidade funcionais. Se elas desaparecessem (ou fossem corrigidas), com elas desapareceria essa modalidade duplamente rapinante de capitalismo (Fernandes, 2009, p. 47).

Essa dupla expropriação da economia nacional, pelas burguesias internas e externas, irá caracterizar a “superexploração” do trabalho na periferia, uma das categorias centrais de *A revolução burguesa* (Fernandes, 2006). Nesse trecho, escrito em 1971¹¹, Florestan Fernandes aponta que o regime de classes seria funcional para a reprodução do passado no presente, e isso significa, mais precisamente, a sobrevivência do colonialismo como condição fundamental de preservação de estruturas pré-capitalistas que retroalimentam o capitalismo dependente. Várias passagens corroboram essa interpretação da obra de Florestan Fernandes:

[...] o “amadurecimento do capitalismo” não está contribuindo para imprimir ao regime de classes as funções

¹¹ Trata-se do texto escrito para o seminário sobre o problema de conceitualização sobre classes sociais na América Latina, ocorrido em Mérida, no México. Outros dois textos debatidos como centrais na referida reunião acadêmica foram os de Alain Touraine e Nikos Poulantzas.

de desagregação social de vícios, tradições e estruturas pré-capitalistas, que o capitalismo não preencheu no passado ou que só perfilhou de modo pouco efetivo. O que está em questão não é apenas a “sobrevivência” de entidades que não foram diluídas e absorvidas pelas classes sociais (como etnias, estamentos ou barreiras raciais, que continuam estanques). É a destruição de condições econômicas, sociais e políticas que impediram a América Latina de fazer autênticas revoluções nacionais através do capitalismo. A rigidez apontada acima constitui um novo tipo de obstáculo à operação das classes sociais como um meio de dissolução e sepultamento do “antigo regime”. Na verdade, ela requer o renascimento e a revitalização, sob novos símbolos, de atividades, valores e formas de opressão e exploração típicos do “antigo regime” (identificado na linguagem de senso comum como a “velha oligarquia”).

[...] Para se expandirem e consolidarem, o mercado capitalista moderno, primeiro, e o sistema de produção, em seguida, adaptaram-se, de uma maneira ou de outra, a estruturas socioeconômicas de origem colonial ou variavelmente pré-capitalistas e dependentes.

[...] As classes sociais falham, nas situações latino-americanas, porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e de excluir os demais. Elas não podem oferecer e canalizar “*transições viáveis*”, porque a “revolução contra a ordem” é bloqueada pelas classes possuidoras e privilegiadas, porque as massas despossuídas estão tentando aprender como realizar a “revolução contra a ordem”, e porque o entendimento entre as classes tornou-se impossível, sem medidas concretas de descolonização acelerada (em relação a fatores externos e internos dos velhos e novos colonialismos) (Fernandes, 2009, p. 48-49).

Essas passagens, escritas muito antes das primeiras manifestações críticas, de que Florestan Fernandes teria considerado as barreiras raciais como meros resquícios do passado colonial e escravista, desprovidos de funcionalidade na sociedade moderna, não deixam margens a dúvidas: o congelamento da descolonização é um aspecto fundamental do capitalismo dependente. Em uma palestra proferida em 12 de novembro de 1979, com o título *O problema do negro e o marxismo no Brasil*, Florestan Fernandes esta-

belece a necessidade de vincular lutas de classes e conflitos de raças numa perspectiva anticapitalista:

Deve-se dar outra envergadura à ligação entre lutas de classes e conflitos de raças (que não podem ser dissociados entre si no capitalismo) [...]. Não é só o passado remoto e o passado recente que enlaçam raça e classe na revolução social. Sem entender o que decorre de uma descolonização que não vai até o fundo e até o fim, corremos o risco de não tirar do protesto negro – organizado e consciente ou não – todo o impulso que ele pode levar para a luta revolucionária do proletariado pela conquista do poder (Fernandes, 1979, p. 3-4).

O capitalismo periférico e dependente alimenta uma intensa simbiose entre estruturas arcaicas, coloniais, capitalistas e modernas, contrariando as interpretações hegemônicas, na década de 1950, de uma perspectiva dualista sobre o Brasil. Desse modo, haveria uma sólida articulação de interesses entre as velhas oligarquias, a grande burguesia nacional brasileira e os setores hegemônicos do capital financeiro, monopolista e imperialista.

Justamente essa articulação de interesses torna vital, para a permanência das condições de ultracôncentração social e racial de riquezas, prestígio, poder e cultura, nos marcos da democracia restrita ou de cooptação sob a autocracia burguesa, que o congelamento da descolonização se perpetue indefinidamente, sob novas roupagens e de modo adaptado às dimensões contemporâneas do capitalismo mundial. Essa é a visão de Brasil e América Latina que emerge da obra do último Florestan, que fundiu rigor sociológico e militância socialista.

3. À guisa de conclusão: as revoluções interrompidas na América Latina

O tema das revoluções “paralisadas” ou “frustradas” (Fernandes, 1981, p. 71) foi muito forte no debate

latino-americano das décadas de 1960 e 1970. A noção de revolução interrompida assume uma dimensão política: “o fluxo foi interrompido, mas poderá renascer e crescer de outra forma histórica” (Fernandes, 1981, p. 72). Do mesmo modo, a *descolonização interrompida* pode ser retomada e levada até suas últimas consequências, numa ruptura com o imperialismo e a dependência.

Dentro da ordem capitalista, essa transformação seria pouco provável. Dadas as características históricas e estruturais do capitalismo dependente, com as quais a aliança com o imperialismo mantém umnexo indissolúvel, uma perspectiva descolonial exigente e consistente só irá se concretizar num horizonte anticapitalista e congruente com o socialismo revolucionário.

Aqui desponta uma gritante diferença entre Florestan Fernandes e os teóricos decoloniais latino-americanos. Para serem consequentes, esses últimos precisariam assumir um projeto anticapitalista e socialista. A superação da colonialidade não será possível nos marcos do capitalismo. O socialismo, por ter nascido nas lutas proletárias europeias, não pode ser confundido com uma matriz eurocêntrica de dominação. A sua capacidade de adaptação a contextos não europeus é marcante, vinculando-se às lutas e aos modos de vida dos povos originários e escravizados vítimas da violência colonial.

Ainda está por ser realizado um estudo aprofundado das relações de Florestan Fernandes com esse debate sobre as revoluções inconclusas. Em sua biblioteca particular, por exemplo, o livro de Adolfo Gilly (1971) sobre a interrupção do processo revolucionário mexicano se encontra com marginalias do começo ao fim e permeado de observações inéditas. Interessa não apenas estudar a formação colonial, mas, principalmente, a descolonização como processo histórico-social interrompido e que precisa ser retomado, pois “o anticolonialismo dos estratos privilegiados só era intenso e fervoroso em um ponto, o da conquista da condição legal e política de *donos do poder*” (Fernandes, 1981, p. 82).

As camadas dominantes, depois de alcançada a independência e a internalização dos centros de poder, passava a exigir prontamente o “congelamento da descolonização” (Fernandes, 1981, p. 82). Essa era uma condição *sine qua non* para uma “nova articulação entre os estamentos senhoriais e os estamentos intermediários em ascensão potencial com os centros de dominação econômica externa” (Fernandes, 1981, p. 83), no momento da transição neocolonial e que irá se perpetuar na dominação burguesa sob o capitalismo dependente.

Isso quer dizer que, desde as origens, esse tipo de capitalismo amalgamou a transformação da ordem com a impossibilidade política de aprofundar, nos marcos das relações dialéticas entre imperialismo e dependência, o processo de autonomização nacional. As reformas burguesas são assim sempre anuladas em suas prováveis consequências construtivas, mas estruturadas para tirar o máximo de vantagens possíveis para as classes dominantes internas e externas. Florestan Fernandes assim sintetiza essa vantagem relativa:

A moral da história é patente: o congelamento da descolonização constitui uma vantagem estratégica para a burguesia na luta de classes, conferindo uma supremacia permanente às classes possuidoras, aos seus estratos dominantes e às suas elites políticas. Eles não são prejudicados, mas ultrafavorecidos pelos efeitos negativos e destrutivos de tal congelamento. Podem, mesmo, realizar pseudo-reformas e usar a demagogia mais deslavada ou a propaganda pura e simples – e ainda assim prender caudatariamente ao seu vagão político amplos setores das massas populares. De outro lado, se estas avançam por dentro da transformação capitalista e procuram impor às classes burguesas as reformas mais urgentes para *sanear* o desenvolvimento capitalista, e chegam a criar, assim, uma situação pré-revolucionária ou revolucionária (“dentro da ordem”), ainda resta o recurso à violência armada (Fernandes, 1981, p. 87-88).

A descolonização congelada é um sintoma da resistência sociopática das elites das classes dominantes. O

estado de golpismo crônico das nações periféricas mais assoladas pelo caráter predatório do capitalismo dependente pode ser tomado como um sintoma da descolonização interrompida. Qualquer movimento autônomo das massas despossuídas e das classes trabalhadoras será encarado como uma catástrofe para o *mundo que o burguês criou*. A violência institucional concentrada contra esses setores nas periferias das grandes cidades e no campo possui a função latente de manter a “gentinha no seu lugar”. A civilização capitalista convive muito bem com esse tipo de Estado colonial-fascista.

A única alternativa viável para um processo de descolonização total seria a irrupção das classes trabalhadoras e do Povo, “dos de baixo”, na história (Fernandes, 1981, p. 88). A auto-organização das classes trabalhadoras e das massas despossuídas dentro de horizontes socialistas será o único caminho seguro para levar a descolonização até o fim, pois o tempo histórico das contrarrevoluções burguesas já se encarregou de generalizar as mazelas do capitalismo dependente. O mundo atual terá que escolher entre socialismo ou barbárie. O congelamento da descolonização, ao represar as tensões dialéticas da luta de classes, irá gerar o seu contrário: as sucessivas revoluções dentro da ordem encontrarão sua resolução na *revolução contra a ordem*.

Referências

BASTIDE, R., & FERNANDES, F. (2008). *Branços e negros em São Paulo*. 4. ed. Editora Global.

BELLOTTO, M. L., & CORRÊA, A. M. M. (orgs.). (1983). *Bolívar: política*. Editora Ática.

CHAVES, W. (2018). *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)*. Editora Prismas.

_____. (2019). Florestan Fernandes e a integração do negro na sociedade de classes: uma história de agendamento intelectual. In: CANCELLI, E.; MESQUITA, G.; CHAVES, W. *Guerra Fria e Brasil: para a agenda da integração do negro na sociedade de classes*. Editora Alameda.

FERES JR., J. (2010). Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico. *Mediações*, 5(2), 28-41. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2010v15n2p28>

FERNANDES, F. (1976). *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. Editora Zahar.

_____. (1978a) *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. Editora Ática. v. 2.

_____. (1978b). [Entrevista concedida a] Mariza Peirano. *CP-DOC/FGV*, p. 1-30, dez. Disponível em: https://www.marizapeirano.com.br/entrevistas/florestan_fernandes.html.

_____. (1978c). *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 3. ed. Editora LTC.

_____. (1979). O problema do negro e o marxismo no Brasil. *Roteiro de palestra*, Fundo Florestan Fernandes/ColEsp/UFS-Car.

_____. (1980). *Brasil: em compasso de espera*. Editora Hucitec.

_____. (1981). *Poder e contrapoder na América Latina*. Editora Zahar.

_____. (1984). *O que é revolução*. Editora Brasiliense.

_____. (1995). *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. Editora Ática.

_____. (2006). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. Editora Globo.

_____. (2007). *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. Editora Globo.

_____. (2009). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. Editora Global.

_____. (2021). Carta a Celso Furtado datada de 22 de fevereiro de 1967. In: D'AGUIAR, R. F. (org.). *Celso Furtado: correspondência intelectual (1949-2004)*. Editora Companhia das Letras.

GILLY, A. (1971). *La revolución interrumpida. México, 1910-1920: una guerra campesina por la tierra y el poder*. Ediciones “El Caballito”.

HASENBALG, C. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Edições Graal.

MAESTRI, M. (2022, 27 de dezembro). A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria. *A Terra é Redonda*. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-questao-negra-a-fundacao-ford-e-a-guerra-fria/>

_____. (2023, 16 de janeiro). A Fundação Ford, Abdias, Florestan, o identitarismo. *A Terra é Redonda*. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-fundacao-ford-abdias-florestan-o-identitarismo/>

_____. (2023, 16 de fevereiro). A questão negra. *A Terra é Redonda*. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-questao-negra/>

MARTÍ, J. (1983). *Nossa América*. Editora Hucitec.

MESQUITA, G. (2019). De aprendiz a profissional: mestres que marcaram a Sociologia de Florestan Fernandes. In: CANCELLI, E.; MESQUITA, G.; CHAVES, W. *Guerra Fria e Brasil: para a agenda da integração do negro na sociedade de classes*. Editora Alameda.

PIVIDAL, F. (1983). *Bolívar: pensamento precursor do antiimperialismo*. Editora Hucitec.

SOUZA, R. T. de. (2023, 04 de janeiro). A Fundação Ford e o identitarismo negro. *A Terra é Redonda*. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-fundacao-ford-e-o-identitarismo-negro/>